

DECLARAÇÃO DE VOTO

Armando Remondes, João Bento, Lúcia Parente, Beatriz Ribeiro, Samuel Fernandes, Tomás Craveiro, João Craveiro, Gonçalo Santos, Beatriz Nogueira e Beatriz Fernandes

Setecentos e vinte e três dias volvidos do início dos trabalhos da Assembleia de Revisão dos Estatutos é com a maior honra que os membros integrantes da Lista C – Construir, Completar, Clarificar, em funções à data, votaram **favoravelmente** à versão final dos novos Estatutos da Associação Académica de Coimbra.

Esta Assembleia de Revisão de Estatutos teve como base do seu trabalho uma revisão estatutária de fundo, a de 2015-2017, à qual se acrescentou a de 2019-2020, que aprofundaram as normas regulamentares da Casa das Utopias, agregadora de mais de oito dezenas de estruturas, de índoles completamente diferentes e antagónicas entre si, uma visão de coesão, regulamentação, rigor e profissionalismo. Os resultados são amplamente positivos e visíveis pelo que, desde o início, o desafio era, para nós, o de trazer a AAC para o século XXI e corrigir as incongruências entretanto observadas, sem destruir o rigor que nos foi deixado.

Num ambiente político peculiar, fomos eleitos em paralelo com outras quatro listas. É de referir a oportunidade de experiências e visões diferentes que isso trouxe para a Assembleia, reforçando a sua qualidade de discussão, mas severamente desgastada pela dificuldade inicial em estabelecer consensos, conjugada com algumas ideias pré-concebidas pelos elementos de toda a ARE.

Desde o início, pela nossa experiência, reforçada pela pluralidade de metodologias de trabalho que previsivelmente existiam dentro da Assembleia eleita, batalhámos por um Regulamento Interno que ditasse um *modus operandi* rigoroso e concreto. Sugerimos a criação das Comissões Especializadas nos moldes que vieram a suceder e propusemos a criação da Comissão de Comunicação e do período de Discussão Pública Final, ambos inéditos em contexto de ARE, que permitiram a transmissão de informação constante para os associados, garantindo aqueles que o queriam, a oportunidade de saber a progressão dos nossos trabalhos. Em simultâneo, pautámos pela necessidade de alguma racionalidade, nomeadamente na constituição das Comissões Especializadas, priorizando a necessidade dos elementos integrantes das mesmas produzirem trabalho ao invés de cada lista ou grupo de indigitados ter de estar em todas as Comissões, uma vez que estas não produziam qualquer deliberação. Esta nossa posição, amplamente recusada pelo restante Plenário, veio a traduzir-se em grupos de trabalho desintegrados, atolados e amplamente disfuncionais, o que prejudicou não só os resultados de algumas das Comissões Especializadas como ainda a necessidade de repetir trabalho de pesquisa, aquando da discussão de certos temas. Salientamos ainda a constante abertura que tivemos para abraçar ideias que valorizassem a ARE, tais como o caso dos Fóruns ARE, da divulgação constante em Assembleia Magna, entre outros. Estas ideias, provenientes de diversos elementos, por regra, surgiram em conversas de café ou mesmo em campanha política e só foram trazidas a discussão em Plenário e, conseqüentemente, concretizadas e organizadas em detalhe pelos elementos da nossa equipa.

Nesta fase de discussão inicial, deu para observar aquela que viria a ser, infelizmente, a metodologia predominante de trabalho. Tal como, advieram de nós as propostas base que permitiram ter uma discussão ampla do Regulamento Interno, a discussão total dos Estatutos seguiu a mesma linha, sendo a lista C predominante na apresentação de assuntos e definição do seu modo de discussão. Esta situação, severamente desgastante para nós, reforçou-se com a inatividade ou falta de orientação da lista vencedora, a qual, só um ano depois, se estabilizou e integrou devidamente nos trabalhos, centralizando em nós a postura de liderança dos mesmos.

Dando a fase preparatória por terminada, cabe-nos refletir sobre aquilo que é o resultado da discussão em noventa Plenários, acompanhado de centenas de reuniões de trabalho, sejam da lista, das Comissões Especializadas, de Comunicação e de Redação, sejam a preocupação diária - não exagerando o sentido desta mesma palavra - na concretização de propostas, audição de associados, organização dos trabalhos e certeza de que tudo, ao nosso alcance, era feito para não deixar nenhum tema para trás.

Em suma, face a esta nota introdutória resume-se que a nossa lista atuou como uma espécie de Governo da ARE, sujeito à discussão da oposição, tendo sido pela nossa apresentação de propostas para todos os temas que se conseguiu discutir amplamente todo o texto estatutário e chegar a mudanças significativas, com o contributo de todos os membros interessados em tal.

Sequentemente às últimas duas revisões, que trouxeram enormes alterações ao funcionamento da casa, dotando-a de melhores ferramentas para a sua ação de fiscalização, era, para nós, uma prioridade revê-las e perceber se, aos dias de hoje, o intuito inicial das mesmas teria sido concretizado. Conseguimos, assim, reforçar o poder do Conselho Fiscal e reestruturar completamente a Comissão Disciplinar que passa, agora, a ser um novo órgão, com diferentes competências e um novo modo interno de funcionamento, enquanto Conselho Disciplinar. Em todas as nossas análises, tentámos ainda aproximar a AAC do associado, criando medidas, que podendo parecer de menor relevância, automatizam processos que trazem maior transparência e aproximação aos mesmos.

Existindo inúmeras normas constantemente negligenciadas por não previrem qualquer consequência prática, considerámos essencial dotar os Estatutos de um real princípio de causa-efeito. Assim, mesmo depois de um forte desgaste proveniente da execução dos trabalhos, conseguimos discutir a criação de um quadro sancionatório e a adaptação do texto estatutário que traz consequências para o incumprimento ou omissão de ação por parte dos dirigentes, órgãos e até dos associados. Quisemos também reduzir a zero os casos omissos presentes no documento, dotando a Académica de mecanismos explícitos, mas flexíveis, que permitam atuar perante todas as situações. Sendo esta uma matéria utópica, esforçámo-nos para hoje poder olhar para trás e acreditar que alguém que não esteja a par do que é a Académica como um todo, consegue ter uma visão ampla da mesma, pela leitura dedicada do seu documento basilar.

Nesta fase, admitimos a maior extensão do documento, aumentando em cerca de 10% o seu conteúdo. Perante a complexidade de uma organização com a pluralidade da AAC, consideramos esta uma necessidade para responder aos desafios que esta apresenta. Simplificámos o texto estatutário com a união dos poderes e a unificação dos procedimentos

eleitorais, o que reduz os casos omissos, mas trouxemos ao texto estatutário profundidade normativa, que para nós é essencial ao bom funcionamento da Casa.

Os processos eleitorais, que tinham visto em 2017 um enorme avanço, sofrem agora uma adaptação aos tempos permitindo uma aproximação a todos os associados com a divulgação de todos os atos eleitorais de igual forma e da aplicação de procedimentos que permitem a todos os associados, independente da sua localização, ter direito a voto nos mesmos. Em simultâneo, reforçamos as competências das Comissões Eleitorais, dotando-as de direitos e responsabilidades que lhes permitem ser a primeira linha de fiscalização, sem a imiscuição de órgãos externos a si, durante o decorrer dos seus trabalhos. Criamos ainda mecanismos que obrigam os órgãos deliberativos a assumir as suas responsabilidades, com sanções severas, caso não o façam, reforçando o dever de dotar estes órgãos de dirigentes capazes e comprometidos com o seu papel.

Perante a Associação mais eclética do país, sempre considerámos extremamente importante organizá-la de forma a estimular o crescimento de todas as suas estruturas, ao invés de criar barreiras ao seu progresso. Com isto, destacamos a reestruturação do capítulo referente ao Orçamento da AAC, criando agora normas que permitem a criação de documentos gerais de toda a Casa, permitindo galopar a sua dimensão e envolver todas as suas estruturas, ao invés de fazer da realidade específica da Direção-Geral a realidade de toda a AAC. Com a criação do Plano Estratégico Trienal da AAC, acreditamos no planeamento e conseqüente crescimento coletivo da AAC, estruturado e pensado. Em simultâneo, destacamos ainda a criação da Assembleia de Estruturas, que, ao invés de substituir a Assembleia Magna, se prevê que seja um órgão que permita aproximar as diferentes realidades da AAC, servindo para partilha de métodos de trabalho, visões e realidades que galoparão a qualidade de todos os órgãos envolvidos.

Com os tempos que correm, assistimos ainda a uma transformação digital rápida que apresenta enormes desafios, sendo um deles o da gestão dos dados. Perante uma Associação preocupantemente desatualizada nesta matéria, foi para nós mote criar mecanismos para organizar e proteger os associados, o que conseguimos com a criação da figura de Encarregado de Proteção de Dados e conseqüente adaptação normativa em conformidade. Criámos ainda, decorrente da discussão, a seriação das informações consoante o seu nível de confidencialidade: públicas, internas ou confidenciais e adaptámos todo o capítulo dos Associados com vista à implementação de sistemas que permitam uma organização nova de toda a AAC, como é o caso do procedimento geral de reorganização de associados.

Base do nosso trabalho, foi ainda a digitalização para desburocratizar. Conseguimos trazer os Estatutos para o século XXI, dotando a Académica de mecanismos digitais práticos que permitem simplificar os trabalhos dos dirigentes e funcionários, modernizando a gestão da AAC. Quisemos diminuir a burocracia, criando processos automatizados que permitem, com menos trabalho, dar muito mais informação concreta ao associado e, ainda preparar os Estatutos, com os princípios basilares para a digitalização e informatização, para um processo de transformação tecnológica, que certamente se prolongará por décadas.

A Académica é uma casa de causas, acima de tudo, e, tendo cada geração as suas, entendemos que os princípios da AAC se devem adaptar aos temas dos dias de hoje. Introduzimos, desde o início, a discussão sobre a redução da propina internacional, a

neutralidade carbónica dentro da AAC, a igualdade de género e outras tantas questões na agenda da nossa geração. Fruto desta discussão conseguimos incluir os princípios da Sustentabilidade e da Transparência e apoiámos a introdução do Princípio da Tecnologia Digital Sustentável e para o Bem. Aqui ficamos aquém das nossas ambições, com a não introdução do Princípio do Papel Zero, e ainda com a não criação de uma paridade plena nos órgãos, que permitisse criar mecanismos que alterassem o *status quo* e induzissem a, numa base constante permitir as mulheres a alcançar lugares, habitualmente associados a homens, como é o caso dos cargos de Presidente e de Administrador da Direção-Geral.

Ouvidos os associados, criámos ainda o Provedor do Associado, prova da necessidade de aproximar a Casa dos seus associados e apoiámos, escrevendo a proposta, a criação de um Gestor da AAC, que permita dotar o Administrador da Direção-Geral das competências técnicas e continuidade entre mandatos que lhe permitam ampliar as suas decisões estratégicas. Para o futuro, acreditamos na necessidade de repensar seriamente o calendário eleitoral, nomeadamente o da Direção-Geral, para unir a casa no seu momento de mudança e discutir aprofundadamente a representação dos cursos de 3º ciclo por parte dos Núcleos de Estudantes.

Findada toda a discussão interna, reforçada com uma participação pública interessante, é com enorme orgulho que observamos a votação final do documento, onde existiu apenas um voto contra. Perante a disposição inicial da Assembleia, não podemos deixar de concluir que este resultado reconhece o nosso trabalho de diálogo e concertação, sendo este fruto do diálogo e abertura constante para a inclusão de contributos dos mais diversos setores da Assembleia, o que se reflete no documento final.

Resta-nos, então, enquanto grupo de trabalho, agradecer ao Presidente da ARE, Daniel Tadeu, pela constante dedicação à causa, ao Dr. Luís Silva, advogado da AAC, pela disponibilidade constante e fora de horas para esclarecimentos, a todos os membros da ARE que efetivamente dedicaram o seu tempo e vida a esta matéria, em particular ao Pedro Monteiro e à Beatriz Mendes, pelo seu trabalho na Comissão de Redação e Verificação, companheirismo e dedicação, aos elementos das restantes listas e membros indigitados que efetivamente se disponibilizaram a connosco dialogar e discutir, trazendo as suas experiências, pontos de vista e visões.

Por fim, e enquanto representante desta lista, eu, Armando, gostaria de agradecer a todos os elementos da lista C. Como todos nos lembramos, quando construámos a lista e lançamos a nossa candidatura, enfrentámos um cenário político adverso. Obrigado a todos por terem aceitado o desafio e por terem estado à altura daquilo a que nos propusemos. Como todos sabem, por motivos profissionais e familiares, não pude estar tão presente como o que pretendia na segunda metade do mandato.

Agradeço a todos, ao Samuel Fernandes, à Adriana Nobre, à Mariana Martins, à Mariana Lopes, ao Gonçalo Santos e à Mafalda Amendoeira, que aceitaram o meu convite ao fazer a lista e que decidiram sair, não por desalento ou falta de vontade de trabalhar, mas por motivos legítimos e para se concentrarem no seu percurso académico e/ou profissional.

Ao Tomás Craveiro e ao João Craveiro, obrigado por estarem cá desde o primeiro dia e nunca descurarem este compromisso, mesmo quando as circunstâncias pessoais vos poderiam levar a passar a pasta. À Beatriz Nogueira e Beatriz Fernandes, obrigado por terem sido

verdadeiros reforços de inverno e virem dar o vosso contributo agora na reta final, com a frescura de ideias e dedicação que todos precisávamos.

Ao João Bento, à Lúcia Parente e à Beatriz Ribeiro, deixo um agradecimento especial. Foram o pulmão e coração desta lista, principalmente na segunda parte do mandato e, sem vocês, não teríamos alcançado um terço daquilo que foi alcançado.

Àqueles que não chegaram a entrar deixo também o meu agradecimento, por saber que qualquer um de vós estaria pronto a assumir o vosso compromisso para com os estudantes que nos elegeram. Alguns de nós eram ex-dirigentes e aceitaram voltar atrás para assentar os seus últimos tijolos nesta casa para sempre inacabada. Outros começaram a dar os seus primeiros passos no associativismo nesta realidade. Uns começaram e a acabaram a escritura e defesa das suas dissertações. Outros começaram a trabalhar. Alguns ainda estão a lidar com exames. Maior parte de nós, fez todo ou mais de metade do mandato conjugando a dificuldade de uma rotina exigente de trabalho com a rotina exigente da ARE. Aliamos experiência ao sangue novo e o resultado não podia ter sido melhor.

Por tudo isto, viva a Associação Académica de Coimbra. F-R-A!

“Só quem compreende o passado pode sonhar e construir o futuro.”

Alberto Martins, abril de 2019

*Armando Remondes, João Bento, Lúcia Parente, Beatriz Ribeiro, Tomás Craveiro,
João Craveiro, Beatriz Nogueira e Beatriz Fernandes*